

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL - Plano de Atividades e Orçamento 2026

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto no Artigo 42 do Decreto-Lei 248-B/2008 de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho, e no Artigo 22 do Estatuto da Federação de Triatlo de Portugal (FTP), cumpre ao Conselho Fiscal (CF) elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o orçamento, balanço e documentos de prestação de contas.

Decorre igualmente da Lei e dos Estatutos que a não existência de um Revisor Oficial de Contas entre os elementos que compõem o Conselho Fiscal obriga à contratação de serviços de Certificação Legal de Contas por parte de um Revisor Oficial de Contas antes de as mesmas serem submetidas à aprovação por parte da Assembleia Geral.

Os bons princípios da gestão indicam que a regulação das atividades relativas ao Revisor Oficial de Contas, incluindo o processo de contratação, sejam efetuadas pelo Conselho Fiscal, no âmbito das suas atribuições funcionais.

2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2.1. Colaboração da Direção

O Conselho Fiscal teve a colaboração da Direção da Federação de Triatlo de Portugal (FTP) no que concerne à disponibilização das informações necessárias e relevantes para emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2026. Agradecemos a prontidão na resposta aos pedidos de esclarecimento técnico, nomeadamente relativamente ao Projeto Erasmus e à situação de financiamento do IPDJ.

2.2. Apreciação Geral do PAO 2026

O Conselho Fiscal tomou conhecimento e apreciou o Plano de Atividades e Orçamento de 2026, documento que reflete uma estratégia coerente com os objetivos federativos e com o ciclo preparatório para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028. O PAO demonstra ambição estratégica, equilíbrio entre investimento no desporto de base e alto rendimento, e atenção às questões de sustentabilidade operacional.

Importa contudo salientar que da análise do PAO 2026 surge uma preocupação estrutural significativa que merece destaque: a capacidade de execução orçamental da Federação.

Dados do PAO 2026:

Orçamento aprovado 2025: €2.123.198,00

Previsão de execução 2025: €1.741.770,00

Taxa de execução 2025: 82% (desvio de -18%)

Esta sub-execução de €381.428 (18% do orçamento) representa um padrão de risco material que deve ser considerado na avaliação do PAO 2026. Ora se aplicarmos a mesma taxa de execução de 82% ao orçamento 2026:

Receita realizada estimada: €2.049.367 (vs €2.499.228 orçamentado)

Gap potencial: €449.861.

O Conselho Fiscal considera essencial que a Direção:

- Apresente análise detalhada das causas da sub-execução de 2025 (por rubrica de receita e despesa),
- Identifique medidas concretas implementadas para melhorar a taxa de execução em 2026 e
- Reconheça este histórico na gestão de expectativas e comunicação com stakeholders.

2.3. Contexto Financeiro de 2025 e Perspetivas para 2026

Tal como consta do documento, a situação financeira da FTP em 2025 revelou-se desafiadora:

- Apoio do IPDJ: redução nominal de 12% face a 2019 (valor pré-pandemia), o que equivale a uma redução real de ~31% quando considerada a inflação acumulada (19,97%).
- Desempenho desportivo: apesar das dificuldades financeiras, a modalidade alcançou resultados históricos: 5 atletas no top 25 mundial (2 no top 10), crescimento de 26% no número de filiados (4.273 atletas em 2025, ultrapassando pela primeira vez os 4.000), e integração de 8 atletas no Comité Olímpico.
- Receitas municipais: inferiores ao orçado em 2025 devido à não realização da prova multisport em Coimbra e dificuldades em organizar competição internacional alternativa. para 2026, estão confirmadas 3 Taças da Europa (elites), 1 de juniores e a Taça do Mundo de Paratriatlo em Alhandra.

O Conselho Fiscal reitera a necessidade de uma gestão prudente e rigorosa da FTP, particularmente nas vertentes económica e financeira, recomendação que se mantém como prioridade.

2.4. Estrutura Orçamental 2026

Orçamento de Receita: € 2.499.227,52 (comparado com € 2.123.198,01 em 2025)

Rubrica	2026	%
IPDJ	€ 985.000	39,4%
Projeto Erasmus	€ 280.000	11,2%
Autarquias	€ 400.000	16,0%
Proveitos Associativos	€ 240.000	9,6%
Entidades Privadas	€ 315.000	12,6%
COP	€ 200.000	8,0%
CPP	€ 30.000	1,2%
Outros Rendimentos	€ 29.227,52	1,2%
TOTAL RECEITA	€ 2.499.227,52	100%

Principais observações:

- O aumento de € 376.029,51 (17,7%) face ao orçamento de 2025 é, em grande medida, explicado pela inclusão dos fundos do Projeto Erasmus (€ 280.000), que representa 11,2% da receita total.
- Sem a receita Erasmus, o crescimento seria de apenas 4,5%, refletindo uma estrutura de receita base ainda frágil.
- O apoio do IPDJ para 2026 está orçado em € 985.000, apenas 0,3% acima de 2025, constituindo o pilar fundamental da sustentabilidade financeira da FTP. O Conselho Fiscal tomou conhecimento que este valor ainda não está formalmente garantido, encontrando-se em negociação. A Direção solicitou revisão junto do IPDJ. Recomenda-se acompanhamento próximo desta questão, com cenário alternativo de orçamentação caso não se materialize o aumento previsto.
- Os proveitos das autarquias aumentam para € 400.000 (face aos € 270.000 realizados em 2025), dependendo da realização das competições internacionais já confirmadas. Este crescimento é realista, dadas as confirmações obtidas.

Orçamento de Despesa: € 2.424.227,52 (comparado com € 2.038.198 em 2025)

Rubrica	2026	%
Desenvolvimento Prática Desportiva	€ 1.209.956	49,9%
Alto Rendimento e Selecções Nacionais	€ 567.272	23,4%
Eventos Desportivos Internacionais	€ 325.000	13,4%
Projeto Erasmus	€ 280.000	11,5%
Formação de Recursos Humanos	€ 42.000	1,7%
TOTAL DESPESA	€ 2.424.228	100%

Fundo de Estabilidade e Depreciações: € 75.000 (€ 40.000 para Fundo de Estabilidade + € 35.000 Depreciações).

Análise crítica da despesa:

- O aumento de € 386.030 (19%) face a 2025 é significativo. Sem a despesa Erasmus, o crescimento seria de 5,8%, considerado sustentável.
- O desenvolvimento da prática desportiva e o alto rendimento continuam como prioridades, representando 73,3% da despesa operacional (excluindo Erasmus), alinhado com os objetivos estratégicos.
- A organização e gestão da federação aumenta de € 262.008 para € 338.676 (+29,3%), refletindo aumento de custos com órgãos sociais (€ 47.192 vs € 34.304) e recursos humanos. Este crescimento requer escrutínio adicional no acompanhamento mensal.

2.5. Projeto Erasmus – Triathlon Sports Volunteering (TSV)

O PAO 2026 inclui € 280.000 referente a 70% do subsídio europeu do Projeto Erasmus TSV (valor total € 400.000), do qual a FTP é coordenadora, em parceria com as federações de Espanha, França, Marrocos e República Checa. A FTP tem direito a € 129.000 no total do programa (24 meses).

Questões críticas e recomendações do CF:

1. Distribuição Temporal: o orçamento 2026 alocou a totalidade dos € 280.000 (70% recebidos) apenas a 2026, embora o projeto vigore de 1 de dezembro de 2025 a 31 de novembro de 2027. Se a distribuição linear for aplicável, o PAO 2026 pode estar sobrerrepresentado em receita/despesa, afetando o resultado do exercício.
2. Conformidade Europeia: o Projeto Erasmus exige auditoria externa certificada pela Comissão Europeia. Embora referida na correspondência interna, a despesa de auditoria não está explícita no orçamento de despesa (Capítulo 6).
Recomendação: incluir linha orçamental específica para "Auditoria Projeto Erasmus" (estimado € 8.000-12.000), com reafetação dentro do Capítulo 6 se necessário. A contratação deve ser supervisionada pelo CF.
Recomendação: Criar um mapa individual de controlo financeiro específico para o projeto Erasmus e reforçar a necessidade de tratamento especial na tesouraria e contabilidade da Federação para esta rubrica temporária.
3. Discriminação Operacional: não está explícita no PAO a distribuição de gastos por componente (formação, mobilidade, plataforma digital, coordenação, auditoria).
Recomendação: solicitar matriz de distribuição de despesas, em particular a percentagem destinada a custos administrativos vs. custos operacionais, de acordo com regulamento europeu.

4. Reembolsos aos Parceiros: a Direção deve estabelecer, em colaboração com os parceiros, cronograma de pagamentos em conformidade com aprovações europeias, com relatórios de atividade e recibos devidamente arquivados.
Recomendação: implementar controlo mensal rigoroso da execução do projeto e manter documentação de conformidade europeia arquivada de forma segura para auditoria.

2.6. Financiamento do IPDJ

A Direção comunicou que o IPDJ ainda não confirmou o apoio de € 985.000 para 2026. Esta incerteza representa um risco material ao orçamento.

Cenário de risco:

- Se o IPDJ manter os € 738.440 de 2025, a receita total 2026 seria € 2.352.668,52 (redução de € 146.559).
- Esta redução afetaria significativamente a margem de equilíbrio orçamental, dependendo de compensações noutras receitas.

Recomendação:

- A Direção deve intensificar contatos com o IPDJ para confirmação formal do montante a atribuir.
- O CF recomenda que a AG seja informada do status desta negociação.
- O PAO deveria incluir cenário conservador com receita IPDJ realista.

Torna-se necessária uma maior clareza sobre o processo de atualização dos montantes de financiamento do IPDJ, sugerindo que a Direção esclareça melhor os avanços e recuos, e como torna o processo mais rápido e condizente com a realidade do panorama desportivo nacional.

2.7. Execução Mensal e Gestão de Tesouraria

A execução das atividades previstas depende das receitas e disponibilidades de caixa para fazer frente aos pagamentos a realizar. O Conselho Fiscal não teve disponibilizado o mapa de fluxos de caixa mensal para 2026, elemento essencial para validar a capacidade de liquidação de despesas.

Recomendações:

- Providenciar fluxos de caixa mensal discriminados, demonstrando a sequência de recebimentos e pagamentos, particularmente a sincronização com recebimento dos fundos Erasmus.
- Reafirmar a necessidade de gestão rigorosa de tesouraria com acompanhamento contínuo, evitando endividamento bancário desnecessário (situação que ocorreu em 2024 com custos de juros).

- Manter contingências para variabilidade de receitas, particularmente IPDJ e apoios municipais.

2.8. Políticas de Gestão Económica e Financeira

O PAO apresenta compromisso renovado com gestão rigorosa. Reafirma-se a necessidade de:

- Otimização de despesas: acompanhamento rigoroso da evolução dos custos com órgãos sociais e recursos humanos de administração (+29,3%).
- Diversificação de receitas: reforço de parcerias privadas e fundos europeus, reduzindo a dependência excessiva de IPDJ (que representa ainda 39,4% da receita total).
- Sustentabilidade financeira: garantir níveis de solvabilidade adequados para suportar o plano de desenvolvimento desportivo a médio prazo (2025-2028).

3. PARECER

Considerando o exposto nos pontos supra, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

O Conselho Fiscal formaliza parecer FAVORÁVEL CONDICIONADO à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2026 pela Assembleia Geral, com as seguintes recomendações:

3.1. Recomendações para Acompanhamento durante 2026

1. Relatórios mensais de execução orçamental (receita vs. realizado, despesa vs. realizado), com variação explicada.
2. Acompanhamento específico:
 - Receita IPDJ: confirmação de recebimentos conforme programa.
 - Projeto Erasmus: relatórios trimestrais de execução, conformidade europeia, distribuição de fundos aos parceiros.
 - Apetrechamento e renovação de frota: adequação cronológica dos gastos às necessidades operacionais.
 - Custos de administração e órgãos sociais: escrutínio dado ao aumento de 29,3%.
3. Gestão de tesouraria: manutenção de contingências adequadas e minimização de recurso a financiamento bancário.
4. Relatório da situação financeira no final do primeiro semestre de 2026 (junho), permitindo correções se necessário.

5. Averiguar a origem do aumento expressivo de atletas federados, mediante a aferição de se este resultado decorre de medidas estruturais implementadas pela FTP durante 2025 e 2026, ou se é resultado de externalidades positivas associadas à visibilidade e aderência a provas organizadas por operadores privados, como é o caso do IRONMAN.
6. Recomenda-se que a atividade da FTP em 2026 seja enquadrada no Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo, recentemente anunciado pela Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, em 20 de novembro de 2025. O referido plano contempla seis pilares estratégicos e 44 medidas concretas, destacando-se, para a FTP, os domínios de Desporto na Formação e Alto Rendimento, Instalações Desportivas, Políticas de Governança do Desporto de Alto Rendimento e Financiamento do Desporto.

3.2. Reconhecimento

O Conselho Fiscal reconhece os resultados desportivos históricos alcançados pela FTP em 2025, particularmente o top 25 mundial de 5 atletas e o crescimento de 26% nos filiados, demonstrando que, apesar das restrições financeiras, a modalidade está numa trajetória positiva. O PAO 2026 reflete esta ambição com proporção adequada de investimento em desenvolvimento e alto rendimento.

4. CONCLUSÃO

O Conselho Fiscal considera que o PAO 2026, com as recomendações acima enunciadas, apresenta uma estratégia orçamental equilibrada, alinhada com objetivos federativos de médio prazo (Los Angeles 2028) e com preocupações legítimas de sustentabilidade financeira.

Tratando-se de um ano de transição e desafios interessantes, o CF reconhece a força e capacidade da Direção para levar o PAO avante com boas condições de execução orçamental.

A aprovação é recomendada, subordinada à clarificação dos pontos-chave identificados, particularmente o Projeto Erasmus e a confirmação do apoio IPDJ. As recomendações deste parecer não pretendem limitar a ambição estratégica da FTP, mas sim fortalecer a sua capacidade de execução e assegurar sustentabilidade financeira num ano crítico do ciclo olímpico.

O CF reitera a sua total disponibilidade para colaborar com a Direção na implementação das medidas recomendadas e no acompanhamento rigoroso da execução do PAO 2026.

Caxias, 10 de dezembro de 2025

Pedro Ventaneira
Presidente do Conselho Fiscal

José Martins
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Teresa Sérvulo
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

João Santos
Membro Suplente do Conselho Fiscal